

Ao afirmar em sua celebre canção, “O tempo não para”, o poeta e compositor, Cazuza, faz de certa forma uma relação entre passado e futuro. De fato, ele estava certo, pois o acesso à cidadania no Brasil, invisibilidade e registro civil, não são uma temática recente, uma vez que desde a república, reivindicações para o fim da escravidão eram presentes na sociedade pelo fato de a população escrava, ser tratada de forma medíocre, longe de direitos de cidadãos. Dessa forma, é preciso assegurar a cidadania na sociedade brasileira, através do combate as desigualdades de povos periféricos e da exclusão que estes sofrem.

Sob este cenário, convém enfatizar que as diferenças socioeconômicas vividas pela população periférica, é um fator que agrava a problemática da cidadania. Nessa óptica, segundo o Índice de Gini, o Brasil está entre as nações mais desiguais do mundo devido a disparidade econômica entre a população. Nesse sentido com a desigualdade que o país enfrenta, quem se encontra longe dos grandes centros, não encontra meios e condições para conseguir obter seu registro civil, fato esse que esteve em evidência durante a Pandemia de Covid-19, onde a população carente não conseguiu acessar seu benefício por não ter um documento comprovando sua “existência”. Dessa forma, enquanto houver a diferença de classes, até mesmo para emitir um documento, cada vez mais pessoas são apagadas e perdem sua cidadania.

Paralelamente, por conta da desigualdade, outro fator colabora com o agravamento da problemática, a exclusão. Sob essa perspectiva, o filme “US”, revela a história de personagens que vivem em “túneis”, abaixo da sociedade, não sendo reconhecidos, e seguem os comportamentos de seus semelhantes, que vivem na parte de cima e são reconhecidos. Fora da ficção, por conta da falta do registro civil, pessoas ficam invisíveis na sociedade, não podendo exercer seus direitos por conseguinte, ficando a mercê da classe dominante, aqueles que o Estado presta auxílio e da visão. Dessa maneira, diante da apatia do Estado sobre a população mais pobre, a excluída, o impasse da cidadania permanece presente.

Em suma, fica evidente que a desigualdade e exclusão são fatores que agravam o problema da invisibilidade e registro civil no Brasil, dificultando a cidadania. Portanto, compete ao Poder Executivo, a exemplo do Ministério da Família e Cidadania, movimentos para que haja a realização de registros, através de “feirões” onde ocorra a emissão do documento e idas a áreas remotas, onde a população que não tem acesso ao registro e cidadania vive, desta forma, se garante direitos a toda a população, inerente a classe. Feito isso, a sociedade não enfrenta mais problemas de cidadania como na escravidão